

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VENTANIA – ESTADO DO PARANÁ

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 793/2019

ANO III

VENTANIA, 14 DE MARÇO DE 2023

EDIÇÃO Nº 649



PUBLICAÇÃO ATOS OFICIAIS



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

PORTARIA Nº 100, DE 06 DE MARÇO DE 2023

Exonera Diretora da Unidade Básica de Saúde e PAM - Sede, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em exercício, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto nos Arts. 42 da Lei Municipal nº 432, de 07/02/2009, combinado com a alínea "a" do inciso II do art. 90, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar a Sra. **JULIANA APARECIDA NUNES BITTENCOURT**, portadora da cédula de identidade nº RG-40.628.282-09/PR e do CPF/MF nº 001.052.250-61, do cargo de **DIRETORA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E PAM - SEDE** do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, com efeito retroativo a 1º de março de 2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 06 de março de 2022.

IONE TOMAZ PEREIRA DE CAMARGO
Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 101, DE 08 DE MARÇO DE 2023

Súmula: Nomeia Assessor para Controle de Veículos e Frotas da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em exercício, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no Art. 42, da Lei Municipal nº 432, de 07/02/2009, e Art. 2º da Lei Municipal nº 919, de 07/03/2023, combinado com a alínea "a" do inciso II do art. 90, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **MARCOS ODINÁ BARBOSA**, portador da cédula de identidade nº RG-5.654.293-0/PR e do CPF/MF nº 710.386.399-72, para exercer o cargo de **ASSESSOR PARA CONTROLE DE VEÍCULOS E FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, a partir desta data, percebendo vencimentos equivalentes ao símbolo CC-4, da Lei Municipal nº 432, de 07/02/2009.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 08 de março de 2023.

IONE TOMAZ PEREIRA DE CAMARGO
Prefeita Municipal em Exercício

Processo Seletivo Simplificado de Assistentes de Alfabetização Voluntários para atuarem no Programa Tempo de Aprender Edital Nº 001/2023

O Secretário Municipal de Educação, Sr. José Carlos Costa dos Santos, o Coordenador do Programa Tempo de Aprender de Ventania-PR, e a Comissão Organizadora deste Processo Seletivo Simplificado 001/2023, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação, munido da sua documentação pessoal (RG e CPF) no dia 16/03/2023 às 09:30 hs para distribuição das turmas do Programa Tempo de Aprender. O não comparecimento na data e hora estipulada caracterizará desistência por parte do candidato, e será convocado o candidato subsequente. Reiteramos que a convocação para distribuição não garante a vaga/turma aos convocados, pois as turmas serão distribuídas por ordem de classificação dos candidatos e seguindo disposto no Edital 001/2023.

ASSISTENTE VOLUNTÁRIO DE ALFABETIZAÇÃO VENTANIA – SEDE

Classificação	Nº de Inscrição	Candidato	Pontuação
1º	01	Edilce Ferreira Moreira	8,1
2º	03	Roni Mara Moreira Ferreira	7,5

ASSISTENTE VOLUNTÁRIO DE ALFABETIZAÇÃO VENTANIA - NOVO BARRO PRETO

Classificação	Nº de Inscrição	Candidato	Pontuação
1º	06	Silmara do Carmo Camargo Nós	7,1
2º	04	Amanda Leandro	7,0

Ventania, 14 de março de 2023.

José Carlos Costa dos Santos
Secretário Municipal de Educação

Ronaldo Barbosa de Oliveira
Coordenador do Programa Tempo de Aprender

Aline Ribas de Morais
Presidente da Comissão Organizadora
Processo Seletivo Simplificado - Portaria Nº 039/2022

DECRETO Nº 015, DE 14 DE MARÇO DE 2023

Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em exercício, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto pelo art. 90, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município combinado com os art. 30 da Lei municipal nº 620, de 13/08/2013, alterada pela Lei municipal nº 776, de 18/12/2018 e art. 88, inciso IV da Lei federal nº 8.090, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FMDCA, como instrumento de captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA na área de atendimento e proteção aos direitos da criança e do adolescente, nos termos da Lei federal nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 2º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA a quem cabe geri-lo e administrá-lo como órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, sendo responsável também pela fixação de critérios de sua utilização e elaboração do Plano de Aplicação de seus recursos, conforme o disposto no art. 2º da Resolução nº 137/2010 do CONANDA, o que fará por meio de Deliberações em conjunto com a Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família.

§ 1º. O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA integrará o orçamento do Município.

§ 2º. A proposta orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA constará de políticas e programas anuais e plurianuais de governo e será submetida à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA antes de sua incorporação ao orçamento geral do Município para encaminhamento ao Legislativo.

§ 3º. A competência para a prática dos atos de ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários, será exercida pelo gestor municipal do Fundo Municipal dos Direitos da



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

Criança e do Adolescente - FMDCA e pelo Coordenador deste, conforme artigo 12 deste Decreto, compreendendo os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso;

§ 4º. As autorizações de pagamentos efetuados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, serão assinadas pelo Gestor Municipal do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA em conjunto com o Coordenador do referido FMDCA.

§ 5º. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças assessorar na arrecadação dos recursos estabelecidos no artigo 4º deste Decreto.

Art. 3º. Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das Crianças e dos Adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 4º. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

I - dotações específicas consignadas anualmente no Orçamento do Município;

II - transferências de recursos provenientes dos Conselhos Estadual e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI - Doações de pessoas físicas e jurídicas, previstas no artigo 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasse às entidades executoras de programas integrantes do Plano de Aplicação;

VIII - outros recursos que porventura lhe foram destinados.

Parágrafo único. Em caso de doações nos termos do inciso VII deste artigo para fins de dedução do imposto apurado na declaração do imposto, e na declaração de ajuste anual feitas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, será obrigatória a emissão de recibo em favor do doador conforme instruções da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º. As dotações orçamentárias previstas pelo Órgão Executor, ou seja, pela Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família, responsável pela política de proteção dos direitos da criança e do adolescente do município, serão automaticamente transferidas para a conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos que compõem o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA serão depositados no Banco do Brasil S/A, em conta especial sob designação idêntica ou outra agência bancária oficial disponível.

Art. 6º. O tesouro municipal repassará, mensalmente, recursos provenientes das fontes sob sua responsabilidade destinadas à execução do orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA a que se refere este Decreto.

Art. 7º. Na gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA serão observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal nº 8.069, de 13/07/1990) e legislações aplicáveis.

Art. 8º. Os repasses de recursos para as entidades e programas voltados para políticas de atendimento e proteção aos direitos da criança e do adolescente, devidamente cadastrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CMDCA, mediante apresentação de Projeto ou Plano de Trabalho, sempre de acordo com as legislações vigentes de tipificação de entidades beneficiadas de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 9º. As transferências de recursos para entidades públicas e privadas que prestem serviços de assistência social em âmbito municipal se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou atos similares, obedecendo-se à legislação vigente sobre a matéria, de conformidade com os respectivos planos de trabalhos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 10. Sem prejuízo das competências estabelecidas neste Regulamento, caberá aos gestores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, a missão de estimular a efetivação das contribuições e doações que trata o artigo 3º, inciso III, deste Decreto.

Parágrafo único. Para casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais mediante prévias autorizações legislativas.

Art. 11. O Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será gerido pelo titular da Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família e o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 12. O Coordenador do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA será um servidor nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, tendo as seguintes atribuições:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e das despesas a serem encaminhadas à Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família, submetidos à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - manter o controle necessário à execução orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA referentes a empenhos, liquidações e pagamentos das despesas e recebimentos das receitas do Fundo;

III - manter, auxiliado pelo serviço de patrimônio do Município, os controles necessários sobre os bens Patrimoniais com encargos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - encaminhar as Prestações de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Secretaria Municipal de Finanças;

V - firmar, com o responsável pelo controle orçamentário, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - providenciar, junto à Secretaria Municipal de Finanças, demonstrações que indiquem a situação econômica financeira geral do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

VII - apresentar à Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA detectadas nas demonstrações mencionadas;

VIII - assinar, em conjunto com o Gestor Municipal do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, a abertura de contas bancárias, ordens de pagamentos, cheques e autorizações de débitos em contas e operações bancárias que se fizerem necessárias;

IX - apresentar trimestralmente, nos meses de abril, julho, outubro e janeiro de cada ano, Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira de forma sintética e, anualmente, no mês de março, de forma analítica, Relatório Anual das Prestações de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do exercício financeiro do ano anterior acompanhado de empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e recebimentos das receitas do fundo, a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Ação Social e Assuntos da Família, e submetido para análise e emissão de parecer quanto a sua regularidade pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

X - prestar assistência e esclarecimentos técnico-contábeis sobre os relatórios e ações contábeis, aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Art. 13. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei municipal nº 620/2013, que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei e desde que aprovados pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º. Além das condições estabelecidas no *caput*, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipal e Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMCDA);

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - o investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

§ 2º. A vedação do inciso V poderá ser afastada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio de Resolução, e na qual se estabeleçam as formas e os critérios de utilização dos recursos, desde que para uso exclusivo da infância e da adolescência, observada a legislação aplicável, segundo permissivo constante da Resolução nº 194, de 10 de julho de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 14. Fica revogado o Decreto Municipal nº 036, de 02 de dezembro de 2019.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 14 de março de 2023.

IONE TOMAZ PEREIRA DE CAMARGO
Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 102, DE 14 DE MARÇO DE 2023

Súmula: Designa servidores para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado - PSS, conforme especifica.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA**, Estado do Paraná, em exercício, na competência de suas atribuições, com amparo na Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 548, de 21/06/2011, alterada pela Lei Municipal nº 780 de 04/04/2019, e considerando:

I - A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, protocolada sob nº 181/2023, em 14/03/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores Marcelo Bahnert de Camargo, CPF 017.355.739-22, Henrique Teixeira da Silva, CPF 054.968.719-05, Marcos Odina Barbosa, CPF 710.386.399-72, Jean Carlos da Silva, CPF 052.411.839-65, para, sob a Presidência do primeiro, Vice-presidência do segundo, e secretariado pelo terceiro, constituírem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado - PSS (PSS 003/2023), com a finalidade de seleção e contratação de motoristas para a área da saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 14 de março de 2023.

IONE TOMAZ PEREIRA DE CAMARGO
Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 103, DE 14 DE MARÇO DE 2023

Súmula: Designa servidores para compor a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado - PSS, conforme especifica.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA**, Estado do Paraná, em exercício, na competência de suas atribuições, com amparo na Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 548, de 21/06/2011, alterada pela Lei Municipal nº 780 de 04/04/2019, e considerando:

I - A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, protocolada sob nº 181/2023, em 14/03/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores Marcelo Bahnert de Camargo, CPF 017.355.739-22, Henrique Teixeira da Silva, CPF 054.968.719-05, Marcos Odina Barbosa, CPF 710.386.399-72, Jean Carlos da Silva, CPF 052.411.839-65, para, sob a Presidência do primeiro, Vice-presidência do segundo, e secretariado pelo terceiro, constituírem a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado - PSS (PSS 003/2023), com a finalidade de seleção e contratação de motoristas para a área da saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE VENTANIA, Estado do Paraná, em 14 de março de 2023.

IONE TOMAZ PEREIRA DE CAMARGO
Prefeita Municipal em Exercício

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VENTANIA - PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 29/2023

SÚMULA – Aprovar a Prestação de Contas do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social), 2º Semestre de 2022 - do PPAS I (Piso Paranaense de Assistência Social I).

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe conferiu a Lei Municipal nº 823 de 23 de fevereiro de 2021, e; Considerando a deliberação da Plenária realizada em 14/03/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social), 2º Semestre de 2022 - do PPAS I (Piso Paranaense de Assistência Social I).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ventania/PR, 14 de março 2023.

Gabrieli Batista Lima
Presidente do CMAS de Ventania/PR



DIÁRIO OFICIAL

Atos do Município de Ventania

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 020/2023

Dispõe sobre concessão de Férias a Servidor Efetivo da Câmara Municipal de Ventania, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Ventania - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ventania.

RESOLVE

Art. 1º Conceder 20 dias férias ao servidor efetivo abaixo discriminado, no período de 10 a 29 de março de 2023, sendo 10 dias indenizados:

GILSON SOARES DE AGOSTINHO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ventania, em 10 de março de 2023.

SEBASTIÃO FERREIRA
Presidente

PORTARIA Nº. 021/2023

Dispõe sobre concessão de Férias ao Servidor da Câmara Municipal de Ventania, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Ventania - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ventania.

RESOLVE

Art. 1º Conceder 15 dias de férias ao servidor abaixo discriminado, no período de 13 à 27 de março de 2023, sendo 10 dias indenizados:

ROGÉRIO CARDOSO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ventania, em 13 de março de 2023.

SEBASTIÃO FERREIRA
Presidente
